# SUMÁRIO

| APRESENTAÇÃO À 17.ª EDIÇÃO | 7 |
| APRESENTAÇÃO À 16.ª EDIÇÃO | 9 |
| APRESENTAÇÃO À 15.ª EDIÇÃO | 11 |
| APRESENTAÇÃO À 14.ª EDIÇÃO | 13 |
| APRESENTAÇÃO À 12.ª EDIÇÃO | 15 |
| APRESENTAÇÃO À 10.ª EDIÇÃO | 17 |
| APRESENTAÇÃO À 7.ª EDIÇÃO | 19 |
| APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO | 21 |

## 1. PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1 Estado e direito administrativo | 37 |
1.2 Estado democrático | 38 |
1.3 Estado de direito | 39 |
1.4 Estado social | 39 |
1.5 Estado e sociedade | 40 |
1.6 Separação de poderes | 41 |
1.7 Administração Pública e reforma administrativa | 41 |
1.8 Bibliografia | 42 |

## 2. O DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1 Conceito e objeto | 44 |
2.2 Origem e desenvolvimento | 45 |
2.3 O direito administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos | 46 |
2.4 Primórdios do direito administrativo no Brasil | 47 |
2.5 Características gerais do direito administrativo | 48 |
2.6 O direito administrativo e outros ramos do direito | 49 |
2.7 Direito administrativo e ciência da Administração Pública | 50 |
2.8 Formas de expressão do direito administrativo | 51 |
2.9 Bibliografia | 54 |
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS ............................................ 56
   3.1 Conceito de Administração Pública ................................................. 56
   3.2 Administração, legislação e jurisdição ............................................. 57
   3.3 Administração e governo .................................................................. 58
   3.4 Administração e Constituição ........................................................... 59
   3.5 Administração no Estado Federal ....................................................... 60
   3.6 Personalidade jurídica e Administração Pública ................................ 61
   3.7 Estrutura fundamental da Administração no Brasil............................ 62
   3.8 Desconcentração administrativa ....................................................... 63
   3.9 Órgãos públicos: conceito e classificação ........................................ 64
   3.10 Hierarquia ....................................................................................... 67
       3.10.1 Delegação de competência ..................................................... 69
       3.10.2 Avocação .............................................................................. 70
   3.11 Descentralização administrativa ...................................................... 70
   3.12 Bibliografia ...................................................................................... 72

4. ADMINISTRAÇÃO DIRETA ........................................................................ 73
   4.1 Conceito ............................................................................................. 73
   4.2 Estrutura básica da Administração direta federal ................................ 74
   4.3 Presidência da República .................................................................... 74
   4.4 Ministérios .......................................................................................... 74
   4.5 Estrutura básica da Administração direta estadual ............................ 75
   4.6 Estrutura básica da Administração direta municipal .......................... 76
   4.7 Administração do Distrito Federal ..................................................... 77
   4.8 Órgãos com situação peculiar ............................................................. 77
   4.9 Bibliografia ........................................................................................ 78

5. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .................................................................... 79
   5.1 Conceito ............................................................................................. 79
   5.2 Autarquias .......................................................................................... 83
       5.2.1 Noção ...................................................................................... 83
       5.2.2 Regime jurídico ........................................................................ 84
       5.2.3 Controles .................................................................................. 85
       5.2.4 Autarquias especiais ................................................................. 86
           5.2.4.1 Autarquias universitárias .................................................. 86
           5.2.4.2 Agências reguladoras ....................................................... 87
       5.2.5 Autarquia qualificada como agência executiva ......................... 92
   5.3 Fundações públicas ............................................................................ 93
       5.3.1 A fundação no direito civil ....................................................... 93
       5.3.2 Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo poder público 93
SUMÁRIO

5.3.3 Evolução do tratamento legal ......................................................... 95
5.3.4 Noção de fundação pública ............................................................... 96
5.3.5 Regime jurídico .............................................................................. 98
5.3.6 Controles ....................................................................................... 97
5.3.7 Fundações universitárias ................................................................. 97
5.3.8 Fundação qualificada como agência executiva .............................. 99

5.4 Empresas públicas ........................................................................... 101
5.4.1 As chamadas “estatais” ................................................................. 101
5.4.2 Noção de empresa pública ............................................................... 102
5.4.3 Regime jurídico das empresas públicas ........................................ 104

5.5 Sociedades de economia mista ......................................................... 106
5.5.1 Regime jurídico das sociedades de economia mista ... 107

5.6 Estatais e privatização ..................................................................... 107

5.7 Entes com situação peculiar ................................................................. 109
5.7.1 Ordens e conselhos profissionais ................................................ 110
5.7.2 Fundações de apoio ....................................................................... 111
5.7.3 Empresas controladas pelo poder público .................................. 112
5.7.4 Serviços sociais autônomos ............................................................ 112
5.7.5 Organizações sociais ................................................................. 113
5.7.6 Organizações da sociedade civil de interesse público ............. 114

5.8 Bibliografia ...................................................................................... 116

6. ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .................. 119
6.1 Multiplicidade de atuações ............................................................... 119
6.2 Tipologia das atividades administrativas ........................................... 120
6.3 Poder e função no âmbito administrativo ....................................... 122
6.4 Poder vinculado ............................................................................... 124
6.5 Poder discricionário ....................................................................... 125
6.5.1 Terminologia .................................................................................. 125
6.5.2 Evolução conceitual ..................................................................... 125
6.5.3 Conotação atual do poder discricionário .................................... 127
6.5.4 Poder discricionário e mérito administrativo ............................. 127
6.5.5 Justificativa do poder discricionário .......................................... 128
6.5.6 Campos de exercício do poder discricionário ............................ 128
6.5.7 Parâmetros do poder discricionário ............................................. 129
6.5.8 Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados .... 131

6.6 Poder regulamentar ........................................................................ 131
6.7 Poder normativo ............................................................................ 133
<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>6.8</td>
<td>Poder hierárquico</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>6.9</td>
<td>Poder disciplinar</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>6.10</td>
<td>Bibliografia</td>
<td>135</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO</td>
<td>137</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1</td>
<td>Noção</td>
<td>137</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2</td>
<td>Relevância dos princípios</td>
<td>137</td>
</tr>
<tr>
<td>7.3</td>
<td>Tipologia</td>
<td>138</td>
</tr>
<tr>
<td>7.4</td>
<td>Princípio da legalidade</td>
<td>139</td>
</tr>
<tr>
<td>7.4.1</td>
<td>Aspectos genéricos</td>
<td>139</td>
</tr>
<tr>
<td>7.4.2</td>
<td>Significado operacional</td>
<td>140</td>
</tr>
<tr>
<td>7.5</td>
<td>Princípio da impessoalidade</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>7.6</td>
<td>Princípio da moralidade administrativa</td>
<td>142</td>
</tr>
<tr>
<td>7.7</td>
<td>Princípio da publicidade</td>
<td>144</td>
</tr>
<tr>
<td>7.8</td>
<td>Princípio da eficiência</td>
<td>146</td>
</tr>
<tr>
<td>7.9</td>
<td>O tradicional princípio da preponderância do interesse público sobre o interesse particular</td>
<td>146</td>
</tr>
<tr>
<td>7.10</td>
<td>Princípio da indisponibilidade do interesse público</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>7.11</td>
<td>Princípio da proporcionalidade</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>7.12</td>
<td>Princípio da continuidade</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>7.13</td>
<td>Princípio da presunção de legalidade e veracidade</td>
<td>148</td>
</tr>
<tr>
<td>7.14</td>
<td>Princípio da autoexecutoriedade</td>
<td>148</td>
</tr>
<tr>
<td>7.15</td>
<td>Princípio da autotutela administrativa</td>
<td>148</td>
</tr>
<tr>
<td>7.16</td>
<td>Princípio da segurança jurídica</td>
<td>149</td>
</tr>
<tr>
<td>7.17</td>
<td>Bibliografia</td>
<td>150</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>ATO ADMINISTRATIVO</td>
<td>152</td>
</tr>
<tr>
<td>8.1</td>
<td>Ato administrativo e Estado de direito</td>
<td>152</td>
</tr>
<tr>
<td>8.2</td>
<td>Conceito de ato administrativo</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3</td>
<td>Elementos</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.1</td>
<td>Terminologia e elenco</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.2</td>
<td>Agente competente</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.3</td>
<td>Objeto</td>
<td>155</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.4</td>
<td>Forma</td>
<td>155</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.5</td>
<td>Motivo</td>
<td>156</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.6</td>
<td>Fim</td>
<td>157</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.6.1</td>
<td>Interesse público</td>
<td>157</td>
</tr>
<tr>
<td>8.4</td>
<td>Perfeição, vigência, validade e eficácia</td>
<td>158</td>
</tr>
<tr>
<td>8.4.1</td>
<td>Retroatividade e irretroatividade</td>
<td>159</td>
</tr>
<tr>
<td>8.5</td>
<td>Notas peculiares</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6</td>
<td>Tipologia</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6.1</td>
<td>Critério do objeto</td>
<td>161</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6.2</td>
<td>Critério da forma de expressão</td>
<td>162</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6.3</td>
<td>Critério da margem de escolha</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6.4</td>
<td>Critério do âmbito de repercussão</td>
<td>167</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6.5</td>
<td>Critério dos destinatários</td>
<td>167</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6.6</td>
<td>Critério do número de manifestações para a formação do ato</td>
<td>167</td>
</tr>
<tr>
<td>8.7</td>
<td>Legalidade e mérito do ato administrativo</td>
<td>168</td>
</tr>
<tr>
<td>8.8</td>
<td>Ato de governo</td>
<td>168</td>
</tr>
<tr>
<td>8.9</td>
<td>“Não ato”: silêncio, omissão</td>
<td>169</td>
</tr>
<tr>
<td>8.10</td>
<td>Defeitos do ato administrativo</td>
<td>170</td>
</tr>
<tr>
<td>8.10.1</td>
<td>Incompetência</td>
<td>170</td>
</tr>
<tr>
<td>8.10.2</td>
<td>Ilegalidade do objeto</td>
<td>170</td>
</tr>
<tr>
<td>8.10.3</td>
<td>Defeito de forma</td>
<td>171</td>
</tr>
<tr>
<td>8.10.4</td>
<td>Defeito de motivo</td>
<td>171</td>
</tr>
<tr>
<td>8.10.5</td>
<td>Defeito do fim</td>
<td>171</td>
</tr>
<tr>
<td>8.11</td>
<td>Desfazimento do ato administrativo</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>8.11.1</td>
<td>A questão das nulidades em matéria de ato administrativo</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>8.11.2</td>
<td>Os principais meios de desfazimento</td>
<td>174</td>
</tr>
<tr>
<td>8.11.3</td>
<td>Anulação do ato administrativo</td>
<td>175</td>
</tr>
<tr>
<td>8.11.4</td>
<td>Revogação do ato administrativo</td>
<td>177</td>
</tr>
<tr>
<td>8.11.5</td>
<td>Cassação</td>
<td>179</td>
</tr>
<tr>
<td>8.12</td>
<td>Preservação do ato administrativo</td>
<td>179</td>
</tr>
<tr>
<td>8.12.1</td>
<td>Convalidação</td>
<td>179</td>
</tr>
<tr>
<td>8.12.2</td>
<td>Ratificação</td>
<td>179</td>
</tr>
<tr>
<td>8.12.3</td>
<td>Conversão</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td>8.13</td>
<td>Bibliografia</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td>9.</td>
<td>PROCESSO ADMINISTRATIVO</td>
<td>181</td>
</tr>
<tr>
<td>9.1</td>
<td>A processualidade ampla</td>
<td>181</td>
</tr>
<tr>
<td>9.2</td>
<td>Processo ou procedimento administrativo</td>
<td>182</td>
</tr>
<tr>
<td>9.3</td>
<td>Finalidades do processo administrativo</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td>9.3.1</td>
<td>Garantia</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td>9.3.2</td>
<td>Melhor conteúdo das decisões</td>
<td>184</td>
</tr>
<tr>
<td>9.3.3</td>
<td>Legitimação do poder</td>
<td>184</td>
</tr>
<tr>
<td>9.3.4</td>
<td>Correto desempenho da função</td>
<td>184</td>
</tr>
<tr>
<td>9.3.5</td>
<td>Justiça na Administração</td>
<td>184</td>
</tr>
</tbody>
</table>
9.3.6 Aproximação entre Administração e cidadãos .......................... 185
9.3.7 Sistematização de atuações administrativas ............................. 185
9.3.8 Facilitar o controle da Administração ...................................... 185
9.4 O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais.. 185
9.4.1 Litigantes em processo administrativo ....................................... 186
9.4.2 Acusados no âmbito administrativo ........................................... 186
9.5 O devido processo legal no âmbito administrativo.......................... 187
9.6 Princípios do processo administrativo .......................................... 187
9.6.1 O princípio do contraditório .................................................. 187
9.6.2 O princípio da ampla defesa .................................................... 189
9.6.3 O princípio da razoável duração do processo .......................... 191
9.6.4 O princípio da oficialidade ...................................................... 191
9.6.5 O princípio da verdade material ............................................... 191
9.6.6 O princípio do formalismo moderado ........................................ 192
9.7 Tipologia do processo administrativo .......................................... 192
9.8 Fases do processo administrativo ..................................................... 193
9.9 Jurisprudência .................................................................................. 193
9.10 Codificação do processo administrativo – A Lei 9.784/99 .................. 194
9.11 Bibliografia ....................................................................................... 198

10. LICITAÇÃO .......................................................................................... 200
10.1 Conceito ............................................................................................ 200
10.2 Legislação básica .............................................................................. 201
10.3 Terminologia .................................................................................... 202
10.4 Princípios .......................................................................................... 203
10.5 Modalidades ..................................................................................... 207
10.5.1 Concorrência ............................................................................. 207
10.5.2 Tomada de preços .................................................................. 207
10.5.3 Convite .................................................................................... 207
10.5.4 Concurso .................................................................................. 208
10.5.5 Leilão ...................................................................................... 208
10.5.6 Pregão ..................................................................................... 209
10.6 Linhas-chave do processo licitatório .............................................. 210
10.7 Registro cadastral ............................................................................ 212
10.8 Registro de preços ........................................................................... 213
10.9 Comissão de licitação ..................................................................... 213
10.10 Fases do processo licitatório ....................................................... 214
10.11 Instauração ou abertura: o edital .................................................. 215
SUMÁRIO

10.12 Habilitação ............................................................................................... 216
10.13 Classificação ........................................................................................... 219
10.14 Julgamento ............................................................................................... 219
10.15 Homologação ........................................................................................... 221
10.16 Adjudicação ............................................................................................. 222
10.17 Inversão das fases da licitação ............................................................... 222
10.18 Dispensa e inexigibilidade ....................................................................... 222
10.19 Anulação e revogação da licitação .......................................................... 228
10.20 Controle da licitação ................................................................................. 229
10.21 Tutela penal ............................................................................................... 230
10.22 O Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC ....................... 231
  10.22.1 Aspectos gerais ................................................................................. 231
  10.22.2 Linhas básicas das regras aplicáveis às licitações no RDC ............... 232
  10.22.3 Procedimentos auxiliares das licitações ............................................. 237
  10.22.4 Contratos celebrados no RDC ............................................................ 238
  10.22.5 Sanções administrativas no RDC ......................................................... 239
10.23 Bibliografia ............................................................................................... 239

11. CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO ........................................ 241
  11.1 Considerações preliminares ..................................................................... 241
  11.2 Tipologia ................................................................................................... 243
  11.3 Os contratos administrativos clássicos .................................................... 243
    11.3.1 Contrato de obras ............................................................................. 244
    11.3.2 Contrato de serviços ......................................................................... 245
    11.3.3 Contrato de compra .......................................................................... 245
    11.3.4 Contrato de concessão ....................................................................... 245
    11.3.5 Permissão de serviço público formalizada por contrato de adesão .... 247
  11.4 Aspectos fundamentais do regime jurídico dos contratos clássicos ........ 247
    11.4.1 Interesse público e prerrogativas da Administração ......................... 247
    11.4.2 Cláusulas exorbitantes ...................................................................... 248
    11.4.3 Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro ......... 248
    11.4.4 Fiscalização ......................................................................................... 249
    11.4.5 Não invocação da exceção do contrato não cumprido ....................... 250
    11.4.6 Imposição de sanções ........................................................................ 250
    11.4.7 Rescisão unilateral ............................................................................. 251
    11.4.8 Ocupação provisória de bens e serviços ............................................ 252
  11.5 Duração do contrato .................................................................................. 252
11.6 Prorrogação................................................................. 253
11.7 Garantias................................................................. 254
11.8 Formalização............................................................. 254
11.9 Alteração, Imprevisão e fato do príncipe ......................... 256
11.10 Outros aspectos da execução..................................... 257
11.11 Recebimento do objeto............................................... 258
11.12 Rescisão ................................................................. 259
  11.12.1 Rescisão por ato unilateral e escrito da Administração 259
  11.12.2 Rescisão amigável............................................... 260
  11.12.3 Rescisão judicial................................................ 260
11.13 Pagamento ............................................................. 261
11.14 Contratos regidos parcialmente pelo direito privado......... 262
11.15 Novas figuras contratuais........................................... 262
  11.15.1 Convênios e consórcios – Aspectos gerais................. 262
    11.15.1.1 Convênios..................................................... 263
    11.15.1.2 Consórcios.................................................. 267
  11.15.2 Outras figuras..................................................... 268
11.16 Contratos celebrados no RDC...................................... 270
11.17 Bibliografia............................................................ 272

12. BENS PÚBLICOS .......................................................... 274
12.1 Introdução ao tema .................................................... 274
12.2 Terminologia............................................................ 274
12.3 Síntese histórica........................................................ 275
12.4 Conceito................................................................. 276
12.5 Tipologia ................................................................. 277
  12.5.1 Critério da natureza............................................... 277
  12.5.2 Critério dos aspectos geográficos............................ 277
  12.5.3 Critério dos titulares.............................................. 277
  12.5.4 Critério da destinação............................................ 279
12.6 Afetação e desafetação................................................ 281
12.7 Regime jurídico geral.................................................. 281
12.8 Uso de bens públicos por particulares........................... 284
  12.8.1 Regime jurídico..................................................... 284
  12.8.2 Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, outros instrumentos .. 285
12.9 Aquisição de bens públicos ......................................... 289
12.10 Alienação de bens públicos......................................... 292
12.11 Notas a respeito de alguns bens públicos....................... 294
SUMÁRIO

12.11.1 Terras devolutas................................................................. 294
12.11.2 Terrenos de marinha............................................................. 296
12.11.3 Terrenos marginais ou reservados ......................................... 296
12.11.4 Terras indígenas................................................................. 297
12.11.5 Ilhas...................................................................................... 297
12.12 Bibliografia.................................................................................. 298

13. SERVIDORES PÚBLICOS............................................................... 299
13.1 Introdução ao tema....................................................................... 299
13.2 Legislação.................................................................................... 300
13.3 Terminologia.................................................................................. 301
13.4 Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos............... 302
  13.4.1 Noção ...................................................................................... 303
  13.4.2 Acessibilidade ........................................................................ 303
13.5 Cargos públicos............................................................................ 306
  13.5.1 Noção ...................................................................................... 306
  13.5.2 Tipologia.................................................................................. 306
  13.5.3 Vacância.................................................................................. 308
  13.5.4 Provimento .............................................................................. 309
13.6 Regime jurídico............................................................................... 310
  13.6.1 Regime estatutário................................................................... 311
  13.6.2 Regime celetista....................................................................... 312
  13.6.3 Regime especial....................................................................... 312
13.7 Principais normas do regime estatutário....................................... 313
  13.7.1 Vencimento, remuneração e subsídio....................................... 313
    13.7.1.1 Natureza ............................................................................ 314
    13.7.1.2 Fixação e revisão ................................................................. 314
    13.7.1.3 Irredutibilidade ................................................................. 315
    13.7.1.4 Limite de retribuição .......................................................... 315
    13.7.1.5 Vantagens ........................................................................ 317
  13.7.2 Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade..... 318
  13.7.3 Acumulação de cargos............................................................. 320
  13.7.4 Exercício de mandato eletivo.................................................. 321
  13.7.5 Férias e décimo terceiro salário............................................... 321
  13.7.6 Licenças.................................................................................. 322
  13.7.7 Direito de greve........................................................................ 322
  13.7.8 Sindicalização ......................................................................... 323
  13.7.9 Aposentadoria e pensão.......................................................... 324
    13.7.9.1 O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos ................................................. 326
13.7.9.2 Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas
13.7.9.3 Regime de previdência complementar
13.7.9.4 Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de inatividade
13.7.9.5 Acumulação de proventos com remuneração, subsídio ou salário
13.7.9.6 Regras de transição
13.7.9.6.1 Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior
13.7.9.6.2 Situação de quem já era aposentado
13.7.9.6.3 Situação de quem tenha ingressado em cargo efetivo até a data da publicação da Emenda 20/98
13.7.9.6.4 Situação de quem tenha ingressado em cargo efetivo até a data da publicação da Emenda 41/2003
13.7.9.7 Pensões
13.7.10 Deveres
13.8 Responsabilidade dos servidores
13.8.1 Responsabilidade criminal
13.8.2 Responsabilidade civil
13.8.3 Responsabilidade administrativa
13.8.3.1 Responsabilidade fiscal
13.9 Poder disciplinar
13.10 Regime disciplinar
13.10.1 Competência legal
13.10.2 Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego
13.10.3 Legalidade das infrações
13.10.4 Legalidade das Sanções
13.10.5 Prescritibilidade
13.10.6 Motivação
13.11 Processo administrativo disciplinar
13.11.1 Noção e terminologia
13.11.2 Comissões processantes
13.11.3 Sindicância
13.11.4 Processo disciplinar stricto sensu: fases, recurso e revisão
13.12 Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar
13.13 Bibliografia
14. SERVIÇO PÚBLICO ............................................................................................................. 357
14.1 Terminologia .................................................................................................................. 357
14.2 Caracterização .............................................................................................................. 358
14.3 Princípios diretores ....................................................................................................... 360
14.4 Tipologia ....................................................................................................................... 361
14.5 Modos de prestação ..................................................................................................... 361
14.6 Concessão de serviço público ....................................................................................... 362
   14.6.1 Conceito legal e características ............................................................................. 363
   14.6.2 Concessão de serviço precedida de obra pública ................................................ 364
   14.6.3 Outros tipos de concessão ...................................................................................... 364
   14.6.4 Aplicabilidade da Lei 8.987/95 .............................................................................. 365
   14.6.5 Motivação da outorga de concessão ou permissão .............................................. 366
   14.6.6 Serviço adequado ................................................................................................... 366
   14.6.7 Direitos e deveres dos usuários ............................................................................. 366
   14.6.8 Política tarifária ...................................................................................................... 367
   14.6.9 Licitação ................................................................................................................ 367
   14.6.10 Contrato de concessão ........................................................................................ 369
   14.6.11 Encargos do concedente ...................................................................................... 369
   14.6.12 Encargos da concessionária ................................................................................ 369
   14.6.13 Intervenção .......................................................................................................... 369
   14.6.14 Extinção da concessão ........................................................................................ 370
14.7 Permissão e autorização de serviço público ............................................................... 371
14.8 Arrendamento e franquia ............................................................................................ 372
14.9 Parceria público-privada .............................................................................................. 373
14.10 Bibliografia .................................................................................................................. 374

15. PODER DE POLÍCIA .......................................................................................................... 376
15.1 Introdução ao tema ....................................................................................................... 376
15.2 Síntese evolutiva .......................................................................................................... 376
15.3 Crítica à noção. Contestação à crítica .......................................................................... 377
15.4 Caracterização do poder de polícia ............................................................................. 378
15.5 Policia administrativa e polícia judiciária .................................................................... 380
15.6 Fundamentos e finalidades ......................................................................................... 380
15.7 Regime jurídico geral ................................................................................................... 381
15.8 Campo de atuação ........................................................................................................ 381
15.9 Manifestações do poder de polícia .............................................................................. 382
15.10 Limites ......................................................................................................................... 383
15.11 Sanções decorrentes do poder de polícia ................................................................... 384
15.12 Prescrição da ação punitiva da Administração Federal ............................. 384
15.13 Extensão excepcional do poder de polícia............................................. 385
15.14 Bibliografia............................................................................................... 385

16. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE........................................ 387
16.1 Introdução ao tema.................................................................................. 387
16.2 Noção e objetivo ..................................................................................... 387
16.3 Restrições administrativas em geral....................................................... 388
16.4 Tombamento............................................................................................ 389
16.5 Ocupação temporária............................................................................... 391
16.6 Requisição................................................................................................ 392
16.7 Servidão administrativa.......................................................................... 392
16.8 Desapropriação........................................................................................ 393
16.8.1 Noção ............................................................................................. 393
16.8.2 Legislação ....................................................................................... 394
16.8.3 Fundamento...................................................................................... 396
16.8.4 Requisitos constitucionais da indenização......................................... 397
16.8.5 Bens expropiáveis............................................................................ 399
16.8.6 Competência..................................................................................... 401
16.8.7 A declaração expropriatória e seus efeitos....................................... 402
16.8.8 Desapropriação por acordo............................................................... 402
16.8.9 Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação...... 403
16.8.10 Ação expropriatória: imissão provisória na posse............................. 403
16.8.11 Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos............................ 404
16.8.12 Desistência da desapropriação......................................................... 405
16.8.13 Destinação dos bens expropriados e retrocessão............................. 405
16.8.14 Desapropriação indireta ou apossamento administrativo................. 409
16.9 Bibliografia............................................................................................... 410

17. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..................................................... 411
17.1 Introdução ao tema.................................................................................. 411
17.2 Síntese evolutiva..................................................................................... 411
17.3 A responsabilidade objetiva................................................................. 412
17.4 A responsabilidade objetiva na legislação brasileira............................. 413
17.5 O § 6.° do art. 37 da CF........................................................................ 414
17.6 A reparação do dano................................................................................ 417
17.7 Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade...................... 418
17.8 Panorama dos casos de responsabilidade.............................................. 419
SUMÁRIO

17.9 Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais ........................................ 420
17.10 Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos ......................................... 420
17.11 Bibliografia ......................................................................................................... 421

18. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ............................................................ 422
18.1 Controle, democracia e corrupção ........................................................................ 422
18.2 Tipologia .............................................................................................................. 423
18.3 Controles internos ............................................................................................... 424
  18.3.1 Recursos administrativos ............................................................................. 424
  18.3.2 Autocontrole ............................................................................................... 430
  18.3.3 Controle hierárquico .................................................................................. 431
  18.3.4 Controle de gestão ..................................................................................... 431
  18.3.5 Inspeção, auditoria e correição ................................................................... 432
  18.3.6 Supervisão .................................................................................................. 432
  18.3.7 Pareceres vinculantes .................................................................................. 433
  18.3.8 Ouvidor ........................................................................................................ 433
  18.3.9 Controle financeiro ..................................................................................... 433
  18.3.10 Controle da Administração indireta .......................................................... 433
18.4 Controle parlamentar ............................................................................................ 434
18.5 Controle do Tribunal de Contas ............................................................................ 437
18.6 Controle da Administração pelo ombudsman ....................................................... 438
18.7 Controle jurisdicional da Administração ............................................................... 439
  18.7.1 Sistemas de controle jurisdicional ............................................................. 439
  18.7.2 O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário .................. 440
  18.7.3 Inexigência de esgotamento da via administrativa ....................................... 440
  18.7.4 Alcance do controle jurisdicional ................................................................ 442
  18.7.5 Consequências do controle jurisdicional ................................................... 444
  18.7.6 A Administração em julso .......................................................................... 445
  18.7.7 Meios jurisdicionais de oposição à Administração ..................................... 455
  18.7.8 Mandado de segurança individual e coletivo ............................................ 455
    18.7.8.1 Mandado de segurança coletivo ............................................................ 462
  18.7.9 Ação popular .............................................................................................. 464
  18.7.10 Ação civil pública ....................................................................................... 466
  18.7.11 Habeas data .............................................................................................. 457
18.8 Bibliografia .......................................................................................................... 470

BIBLIOGRAFIA ........................................................................................................ 471

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO ........................................................................ 479

OUTRAS OBRAS DA AUTORA ........................................................................ 491